

EDUCAÇÃO DO CAMPO EM BUSCA DE UMA IDENTIDADE: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA “SUELI MARI GHELLER” - VIDEIRA – SC

Juliana Nunes¹
Marluse Castro Maciel²

Resumo: A rotatividade na escola de campo interfere na construção de identidade dos educandos. Diante dessa questão surge a necessidade de uma reflexão sobre as características e motivos que levam a rotatividade, assim como compreender a importância de uma educação no campo e para o campo. Neste contexto, o objetivo deste artigo é compreender os motivos que causam a rotatividade dos alunos de 1º à 5º ano da Escola Polo Professora Sueli Maria Gheller. Trata-se de um estudo de caso e a metodologia utilizada para a realização dessa pesquisa foi análise de dados quantitativos coletados. Entende-se que o aluno, como todo ser humano, cria sua identidade a partir da cultura que o cerca, por isso necessita pertencer a um grupo para construir essa identidade, nesse sentido, a evasão escolar e a rotatividade não permitem que esse sentimento de pertencimento aconteça, afetando o educando cognitivamente e afetivamente. Desse modo, surge um novo olhar voltado para a educação do campo, pois essa pesquisa vem mostrar que a escola pesquisada possui desafios e anseios, diferentes das demais, que precisam ser enfrentados.

Palavras-chave: Rotatividade, Educação no Campo e Identidade.

1 Graduada em Pedagogia na Uninter - Videira - SC. Pós-graduada em nível de especialização Lato-Senso em Práticas pedagógicas no IFC - Fraiburgo - SC.

2 Doutora em Sociologia pela USP e pós-doutora em desenvolvimento regional pela FURB - Blumenau - SC. Professora do Instituto Federal Catarinense e coordenadora do grupo de pesquisa GIPS.

Abstract: The turnover in the field school interfere in the construction of identity of students. Faced with this question arises the need for a reflection on the features and reasons that lead to turnover as well as understand the importance of education in the field and into the field. In this context, the purpose of this article is to understand the reasons which cause the rotation of 1st to 5th year students of the School Professor Sueli Maria Polo Gheller. It is a case study and the methodology used to carry out this research was analysis of collected quantitative data. It is understood that the student, like every human being, creates his identity from the culture that surrounds it, so you need to belong to a group to build this identity, in this sense, truancy and turnover do not allow this feeling of belonging happen, affecting the cognitive and affective student. Thus, a new look aimed at the education field, as this research has shown that the school has researched challenges and aspirations, different from the others, that need to be addressed.

Keywords: Turnover, Rural Education, Identity.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo a trata-se de um estudo de caso que busca refletir sobre a problemática da rotatividade de alunos na Escola Polo Professora Sueli Maria Gheller, situada no interior da cidade de Videira SC, que incide na falta de identidade da escola como sendo do campo.

Este trabalho faz parte dos estudos de conclusão do curso de pós-graduação do Instituto Federal Catarinense (IFC), Campus de Fraiburgo-SC, tendo como base a análise das fichas de chamadas e um levantamento sobre os tipos de trabalhos realizados pelos pais dos alunos da escola Polo Professora Sueli Maria Gheller, e entrevistas com professora que residem na localidade. A pesquisa inicia com uma análise documental, das fichas de chamadas das turmas do 1º ao 5º ano, a partir do ano de 2010 até o ano de 2014, e parte para uma sistematização dos dados com análise da realidade da relação entre educando e instituição.

O desafio desta pesquisa é compreender o atual contexto em que a educação no campo, da escola pesquisada, se encontra, bem como compreender os motivos que levam os alunos a pedirem transferência e depois de um período indeterminado retornarem à escola.

Por isso, o objetivo deste artigo é compreender a rotatividade dos alunos

de 1º à 5º ano da Escola Polo Professora Sueli Maria Gheller incide na falta de identidade dos alunos em relação à e a não configuração da escola como sendo do campo. Inicialmente parece que a despreocupação em se tornar uma escola DO campo é justificada pela rotatividade dos alunos. Tal pesquisa nos leva a seguinte problematização: de que forma a rotatividade do aluno da escola do campo interfere na construção de sua identidade?

Este artigo apresenta relevância por se tratar de um assunto muito recorrente, mas pouco estudado: a rotatividade de alunos de escolas localizadas no campo.

Sendo assim, após um breve histórico da instituição, iniciar-se-á uma reflexão sobre escola no campo e a importância de se ter uma identidade, em seguida será feita uma análise da tabela e do gráfico com os dados obtidos, bem como uma reflexão sobre a característica da “rotatividade” que faz parte da escola pesquisada.

A educação do campo se propõe a atender à necessidade de formar pessoas comprometidas e responsáveis por uma dinâmica de vida coletiva e emancipada, dos processos anacrônicos geradores de miséria e marginalização, os quais caracterizam o contexto civilizatório ao qual estamos submetidos.

2. HISTÓRICO DA ESCOLA

A escola de Educação Básica Municipal Polo Professora Sueli Maria Gheller, situa-se na comunidade de Sede Etelvina no distrito do município de Anta Gorda - SC, e tornou-se escola polo em fevereiro de 1997, atendendo alunos das comunidades de Imbuial, Linha XV de Novembro e da própria comunidade, e tem uma história que merece ser contada.

No meio rural existem diferentes histórias de vidas, famílias que chegam e que vão sempre em busca de melhores condições. Em geral, são famílias numerosas e com situação financeira precária, funcionários de granjas, aviários e serraria que partem em busca da concretização de promessas de um bom salário, moradia, água e luz gratuitos.

Neste sentido, o Governo Municipal de Videira criou as escolas polo, que trata-se de escolas rurais que atendem várias comunidades, com intuito de desativar algumas escolas no campo e concentrar em apenas uma, ou seja, uma única escola atende à vários bairros rurais. Esta mudança trouxe impacto para a comunidade, pois havia três pequenas escolas em comunidades vizinhas: uma na comunidade de Imbuial, outra na comunidade da Linha

XV, e outra na comunidade de Sede Etelvina. Essas escolas eram todas multiseriadas, ou seja, uma professora atendia a todas as turmas. A secretária da educação unificou essas três escolas em uma só, numa escola polo. Essa escola polo atende os alunos das três comunidades, e os alunos utilizam gratuitamente um transporte disponibilizado pela prefeitura.

No entanto, a escola existe desde 1881, quando imigrantes italianos partiram da Itália rumo ao Brasil numa viagem de navio que durou entre 30 e 40 dias. O destino foi o Porto de Paranaguá no Estado do Paraná. Desse ponto espalharam-se por várias regiões do Rio Grande do Sul. A partir de 1910, com a construção da estrada de ferro que ligava São Paulo ao Rio Grande do Sul, os colonizadores partiram em busca de novas terras chegando a região do Vale do Rio do Peixe.

No ano de 1924, os colonizadores italianos chegaram, com carroças alugadas, a uma localidade denominada na época como Sede Dona Etelvina, este por sua vez era o nome do proprietário das terras que abrangia toda a comunidade. Mais tarde essa localidade recebeu o nome da esposa do proprietário e passou a se chamar Sede Dona Etelvina, e a vasta região foi dividida em colônias pela Companhia Shimitt de Porto Alegre.

No início da colonização a parte central do lugar foi dividido em lotes com a finalidade de fundar ali a cidade de Videira, o que não deu certo. Os lotes eram divididos em pequenas extensões de terras, no qual um deles a escola foi construída. Mais tarde chegaram ao local imigrantes poloneses e alemães.

Nos primeiros anos as famílias viviam da agricultura, plantavam feijão, milho e trigo e também criavam porcos. Como todo sustento era tirado da terra, surgiu a necessidade de construir um moinho na localidade para transformar os grãos em alimentos.

Na década de 70, a família Gheller dedicou-se a extração de madeiras, construiu uma serraria, e até hoje se mantém no ramo. As demais famílias cultivam a terra, produzem leite e criam aves e suínos.

A escola da comunidade foi fundada em 1930 para atender aos filhos dos primeiros moradores. Era uma escola pequena, mantida pelo estado que atendia somente alunos da localidade. No início a escola recebeu o nome de Anita Garibaldi em homenagem a Ana de Jesus Ribeiro. O primeiro professor do lugar foi o senhor Luís Grigolo que trabalhou aproximadamente 32 anos, depois mudou-se de cidade em busca de uma vida melhor.

Nessa época, quem assumiu seu lugar foi a professora Sueli Maria Gheller que trabalhou durante 35 anos alfabetizando e preparando crianças

para continuar seus estudos mais tarde na cidade, na pequena classe que atendia quatro turmas. Devido a este trabalho desenvolvido, no ano de 1999 a escola foi ampliada e passou a receber alunos das comunidades vizinhas. No dia 13 de outubro de 1999 com intuito de homenagear a professora Sueli Maria Gheller (falecida no dia 25 de janeiro de 1999) reuniram-se pais e professores da escola e também a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes para então dar seu nome à referida professora a escola.

Hoje, a Escola Polo Professora Sueli Maria Gheller é uma escola municipal, atende alunos das séries iniciais de 1º ao 5º ano. Possui uma estrutura pequena: são três salas de aula, refeitório, sala dos professores/secretaria, dois banheiros e uma sala de informática/vídeo que atualmente acomoda os alunos do programa Mais Educação. A escola não possui ginásio de esporte, utiliza o pavilhão da igreja localizada na frente para a realização das aulas de educação física. No fundo da escola tem um pequeno parque onde as crianças brincam na hora do intervalo.

Atualmente a escola atende cerca de 60 alunos. Para a realização dessa pesquisa foram analisadas as fichas de chamadas do 1º ao 5º ano, a partir do ano de 2010. Aos alunos com idade entre 6 e 10 anos. Através das fichas foi levantado o número de alunos que entraram e saíram da escola no período de 2010 a 2014, com ênfase na rotatividade dos alunos que saem e acabam retornando a escola no mesmo ano ou no ano seguinte.

3. ESCOLA DO CAMPO: ROTATIVIDADE E IDENTIDADE

3.1. A Rotatividade como dificuldade para implementação de uma escola do campo

Apesar de a escola já apresentar problemas referentes à rotatividade de alunos desde 1999, essa pesquisa foca nos anos de 2010 à 2014. Este período se justifica primeiramente porque a partir de 2008, foi implantada uma serraria nas proximidades da escola e da empresa Grajas carbe, ambas empregam muitos dos pais dos filhos que frequentam a escola, o que influenciou o perfil dos alunos da escola. E segundo, por 2010 se tratar do ano em que a política educacional do governo federal se expressou numa legislação que é o esforço de continuidade da luta de sujeitos do campo. Neste ano foi efetivado o Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010, o

qual dispõe sobre a política de educação do campo. De modo que:

Art. 1º: A política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste Decreto.

O decreto evidencia uma proximidade com as necessidades das populações do campo, principalmente, ao expressar o alcance da oferta da educação básica e superior, essas vinculadas, às exigências de uma educação com qualidade social, o que implica garantir também a permanência desses sujeitos no tempo educativo escolar.

Segundo o decreto nº 7 352 de 4 de novembro de 2010, entende-se por:

I- populações do campo: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural; e,

II- escola do campo: aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo.

Com o decreto presidencial, define-se o que é escola do campo: independentemente da localização, o que importa é se atende estudantes que residem na zona rural e tenham ligação com a vida do campo. Sendo assim, a escola não é entendida como um ambiente apenas para o filho do agricultor, mas ela abrange a todos os trabalhadores rurais, os sujeitos sociais que vivem e trabalham no campo, assim como a Escola Polo Professora Sueli Maria Gheller. É um novo olhar voltado para a educação do campo como um direito que nos faz pensar em uma política de educação que se preocupa em construir uma qualidade de ensino que forme sujeitos conscientes de seus direitos.

Dessa forma, quando se fala em educação do campo não podemos nos remeter ao termo educação rural. Segundo Fernandes e Molina apud LIMA FILHO e JANATA (2005, p. 9) a educação do campo “supera a concepção de educação rural, cuja referência é o campo

somente como lugar de produção de mercadoria e não como espaço de vida”. Ainda, segundo os autores “o conceito de campo busca ampliar e superar a visão do rural como local de atraso, no qual as pessoas não precisam estudar, ou basta uma educação precarizada e aligeirada”.

Nesta perspectiva, o campo é pensado como um espaço de produção, onde o conhecimento necessário se restringe a arar a terra e cuidar do gado. Segundo SCHENDLER (2005) toda proposta de educação do campo está vinculada a um projeto do campo. Este é concebido como espaço de vida e resistência dos camponeses que lutam para ter acesso e permanecerem na terra. Assim, a educação é pensada a partir das especificidades do campo e de seus sujeitos.

É necessário compreender a diferença entre a educação do campo e a educação no campo. A primeira trata de uma educação onde o aluno do campo se locomove para uma área urbana em busca de estudo. A segunda trata da educação realizada no ambiente do campo e com um trabalho pedagógico que contemple as necessidades do aluno que lá reside. Segundo Caldart apud LIMA FILHO E JANATA (2005, p. 51).

A educação do campo é um projeto educacional compreendido a partir dos sujeitos que tenham o campo como seu espaço de vida. Assim, ela deve ser no e do campo. No porque o povo tem o direito de ser educado no lugar onde vive e do, pois o povo tem o direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação vinculada a sua cultura e as suas necessidades.

Debater Educação do Campo é então um processo para refletir sobre a realidade, é fazer da educação um processo e uma dinâmica de emancipação da vida pela relação fraterna e honesta de partilha, sem que as partes se coloquem umas sobre as outras, para superar o que Freire (1967) denuncia como a ação educativa de quem se sente superior e que se doa a quem reconhece como inferior.

Amparado nessa matriz a sociedade urbanizada caracterizada como civilizada e, portanto não selvagem, tem seus sujeitos disciplinados e a ela adaptados, mas a Educação do Campo na medida em que busca por uma educação e uma escola que possa levar o educando ao esclarecimento e à emancipação diante da opressão vivida no modo capitalista, se configura como desafio que ameaça essa condição e por isso ela se caracteriza como “falsa disciplina” e passa a ser foco de ações que tentam

impedi-la de alcançar seus propósitos de libertação e autonomia. Pensar o direito de uma população de compreender o mundo a partir do lugar onde vive da sua terra. Pensar campo a partir do campo e não da vida urbana.

Portanto, este artigo trata de educação no campo, pois os alunos, em sua maioria, partem da cidade para o campo em busca de melhores condições de vida, ali residem e frequentam a escola que está situada no campo, porém sem nenhuma perspectiva de um currículo integrado e relacionado ao meio rural. A escola está localizada no meio rural, mas não trabalha com a perspectiva de educação do campo sob o argumento de que os pais nem sempre possuem relação direta com o trabalho rural, pois são funcionários de propriedades rurais e apesar de passarem a viver no lugar possuem suas raízes vinculadas a área urbana.

Além disso, surge o problema a falta de identidade, que inicialmente é atribuída ao aluno por causa das mudanças dos pais, e por isso não consegue se fixar na escola. Porém percebe-se que a própria escola não possui identidade como sendo do campo.

Segundo Caldart (2004, p. 42), “o desafio é formar cidadãos conscientes enquanto classe trabalhadora não necessariamente do campo, mas que parte em busca de melhores condições de vida sem que perca sua identidade”. Esse é o grande desafio da escola Polo, formar cidadãos conscientes sem que estes percam sua identidade. É preciso afirmar e reafirmar a importância para o desenvolvimento do educando pertencer a um lugar, produzir sua história. Sobre isso, cabe ressaltar que, “a identidade é construída socialmente, os acontecimentos da vida de uma pessoa produzem sobre ela uma imagem de si mesmo, que se constrói a partir das relações que ela estabelece com os outros: pais, família, parentes e amigos”.

O educando não cria uma identidade sozinho, é necessário um grupo que reforce e o reconheça como membro para que este cresça individualmente e se caracterize como sujeito de um lugar que faz parte de uma cultura. No entanto, o esforço em se trabalhar como prática pedagógica a identidade nesta escola é inexistente. Sendo assim:

O ser humano é uma construção simbólica que organiza um sistema compreensivo a partir da ideia de pertencimento. Ao mesmo tempo, produz uma “coesão social” e permite o reconhecimento do indivíduo diante do grupo, e em consequência disso estabelece a diferença em relação ao outro.

É a vida social, portanto, que proporciona o quadro das trocas afetivas que, desde o começo da vida do educando vão construindo sua identidade através de estruturas culturais e dos mecanismos que toda sociedade cria para codificar e controlar o cotidiano da vida dos seus membros. Ou seja, há uma transferência do “todo social” para cada ser do grupo desde o começo da vida do indivíduo no grupo, caracterizando uma identidade que é dele como uma pessoa, mas que é também a do grupo através dele (KEMP, 2001, p. 72).

Assim a construção de uma identidade passa pelo processo de socialização, e sobre isso é interessante a afirmação feita por Kênia Kemp, de que “construir uma identidade é dialogar com referências simbólicas disponíveis, as quais só são percebidas quando se deslocam de sua pretensa naturalidade”. Trata-se da identidade do contraste que surge como uma oposição, é a afirmação de si mesmo diante do outro.

A esse respeito, Gadotti comenta que “as identidades são atribuídas pela sociedade”. No entanto, não se restringe a isso o papel da sociedade, pois “é preciso ainda que a sociedade as sustente, e com bastante regularidade. Uma pessoa não pode ser humana sozinha e, aparentemente, não pode apegar-se a qualquer identidade sem o amparo da sociedade”.

A escola é uma instituição social que tem por objetivo promover a educação. Em cada contexto histórico surge a necessidade da construção de um projeto pedagógico que faça parte da realidade da comunidade à qual a escola pertence, é preciso um olhar voltado para a questão da falta de identidade do aluno com a instituição pesquisada. Essa característica faz parte da rotina escolar e não pode mais ser ignorado.

A realidade que produz a educação do campo não é nova, mas ela não é discutida com foco na rotatividade dos alunos e as consequências resultantes. Não se trata de números, mas de pessoas que enfrentam dificuldades de adaptação, de aprendizagem, de vida. Os educandos enfrentam o desafio da nova escola, além da cobrança de acompanhar o ritmo da turma, para que depois de assimilarem essa mudança, retornarem ao antigo ambiente e outra vez, passarem pelo mesmo processo.

Segundo Santos (1995, p. 47), refletir sobre o contexto escolar envolve compreender as relações sociais e históricas nas quais se encontra a escola, sendo que estas se situam em espaços que abrangem o espaço local, o nacional e o transnacional. Desse modo, a rotatividade na escola do campo é uma realidade dessa instituição em especial e afeta direta e indiretamente todos os funcionários da escola.

De acordo com Silva, (2002, p. 32) “a globalização e o capitalismo desenfreado causam a ausência de respeito aos direitos humanos e à ausência de princípios éticos que articulem os fundamentos essenciais da dignidade humana, ao mesmo tempo que a população busca na migração uma oportunidade para sair da pobreza”. Esse deslocamento das famílias acaba interferindo diretamente no desenvolvimento educacional dos filhos, pois à medida em que se muda de escola, as crianças demonstram dificuldades em acompanhar o ritmo da nova turma, e precisam de tempo para que haja uma nova adaptação. Segundo relato das professoras, depois de um determinado período, o aluno retorna à escola, ou continua migrando para outras instituições e o problema se torna mais grave, pois embora continuem seus estudos, por não haver uma consonância das escolas do campo, aprendem muito pouco.

No que tange a relação escola e comunidade não há participação efetiva dos pais, que são funcionários assalariados que trabalham em granjas, aviários e em uma serraria que fica na comunidade vizinha, portanto, possuem horários de trabalho determinado pelo patrão. Também não participam da organização educacional e comparecem na instituição somente quando solicitados.

Os alunos recebem transportes terceirizados e pagos pela prefeitura para deslocar-se de casa até a escola. O número de alunos que entra e sai da escola afeta de forma geral todos os educandos. Se por um lado os estudantes transferidos sentem-se deslocados enquanto passam a fase de adaptação, por outro lado, os alunos permanentes da escola também são prejudicados pela constante retomada de conteúdos que já foram estudados.

A construção da identidade se dá no relacionamento com o outro e o sentimento de pertencimento a um lugar associado a valores e costumes. Entretanto, a transição dificulta o desenvolvimento da identidade do educando, porque é preciso haver tempo para a construção da identidade, e o tempo geralmente é interrompido por essa transição.

É importante ressaltar que as pessoas que vivem no campo possuem uma raiz própria, um jeito de viver diferente de quem vive na cidade. Nesse processo enquanto buscam condições melhores de vida, afirmam que é urgente a necessidade de luta por direitos à educação e ao trabalho para se estudar e viver no campo. A realidade exige a participação de todos na luta pela transformação das condições sociais dos sujeitos

do campo, nesse cenário os movimentos sociais têm cumprido um papel político importante que ajuda a clarear, a afirmar direitos e criar possibilidades de viver dignamente.

Veremos então, que por vezes a falta de identidade de escola como sendo do campo tem a responsabilidade transferida para o aluno que muda de escola constantemente por causa do trabalho dos pais.

3.2. A realidade local e suas implicações

Pode-se dizer que no sistema educacional brasileiro os conflitos e os problemas são muitos, entretanto, neste artigo deu-se prioridade à rotatividade que estigmatiza a qualidade de ensino e desafia os educadores a buscar alternativas a fim de formar sujeitos participantes de sua própria educação. Neste contexto, foram analisadas as fichas de chamadas das turmas do 1º ao 5º ano a partir do ano de 2010 até o ano de 2014, conforme os motivos relatados anteriormente. Essa análise aconteceu gradualmente da seguinte maneira: iniciou-se com a turma do primeiro ano de 2010, selecionando os nomes dos alunos que entraram ou saíram nesse ano, em seguida, foi analisados essa mesma turma no ano de 2011 e selecionaram os nomes dos alunos que entraram ou saíram, destacando os nomes de quem saiu ou retornou mais de uma vez durante esse período. E assim, essa turma foi analisada até o ano de 2014 onde concluíram o quinto ano. Desse modo, foram analisadas as demais turmas.

Os dados coletados foram sintetizados numa tabela, e a partir da quantidade total de alunos de cada ano, foram calculados a porcentagem de alunos rotativos na Escola Polo Profª Sueli Mª Gheller. É importante enfatizar que os alunos que frequentaram a escola entre 2010 e 2014, e em algum momento transferiram, e não mais retornaram a escola, não fazem parte da porcentagem de rotatividade. Entretanto, está representado, na tabela a quantidade de alunos no início e no final de cada ano letivo, assim como o número de alunos que entraram e saíram.

É possível observar, que apesar do pequeno número de estudantes da escola do campo Sueli Gheller, a porcentagem de evasão escolar é alta, esse fator afeta diretamente a construção da identidade do aluno com a instituição, pois não há um sentimento de pertencimento, ainda mais porque a margem de tempo entre as mudanças varia de um a seis meses.

Quadro 01: Entradas e saídas dos alunos de 1º à 5º ano no período de 2010 - 2014

| Turmas: 1º - 2º - 3º - 4º - 5º ano | Total de alunos início do ano | Quantidade de entrada | Quantidade de saída | Total de alunos no final do ano letivo | Alunos que saíram e retornaram à escola mais de uma vez durante o ano | Porcentagem de alunos rotativos |
|------------------------------------|-------------------------------|-----------------------|---------------------|--|---|---------------------------------|
| Ano 2010 | 41 | 16 | 16 | 41 | 13 | 31% |
| Ano 2011 | 45 | 25 | 11 | 59 | 18 | 40% |
| Ano 2012 | 54 | 17 | 10 | 61 | 16 | 26% |
| Ano 2013 | 55 | 13 | 6 | 62 | 10 | 16% |
| Ano 2014 | 46 | 14 | 15 | 41 | 14 | 34% |

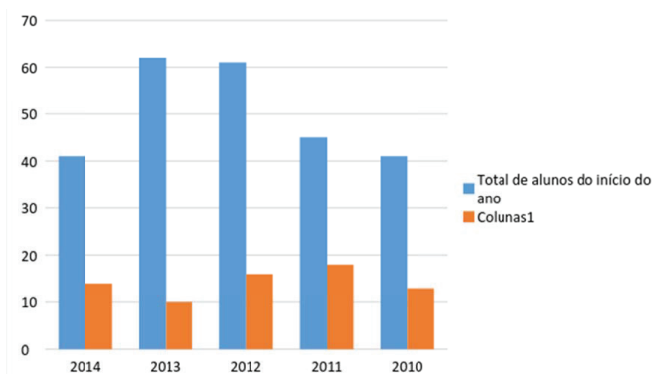
Fonte: Juliana Nunes

Observando a tabela percebe-se que durante o ano letivo de 2010, 31% de todos os alunos da escola entraram ou saíram (saíram e retornaram) da escola. Em 2011 chegou a 40% a rotatividade dos alunos, em 2012 o número caiu para 26%, enquanto que em 2013 caiu ainda mais para 16%. E por 2014 o índice de rotatividade voltou a subir, para 34%.

O gráfico abaixo mostra as oscilações entre o número total de alunos de cada ano com as entradas e saídas durante o ano letivo.

Com base nos dados da tabela, temos abaixo um gráfico representando o total de alunos no início do ano letivo e o número de estudantes que entraram e saíram da instituição dividido em cada ano letivo, de 2010 à 2014.

Tabela 01: Total de alunos no início do ano letivo e o número de estudantes que entraram e saíram da instituição dividido em cada ano letivo, de 2010 à 2014.



Fonte: Juliana Nunes

O gráfico mostra que o ano de 2011 teve o maior número de alunos que estudaram na escola Polo Professora Sueli Maria Gheller mais de uma vez durante o ano letivo, totalizando 40%. Por outro lado, o ano de 2013 apresentou a menor taxa de rotatividade com 16%. Essa oscilação varia de acordo com a oferta e procura de empregos por parte dos pais, com exceção, de outros fatores isolados.

Observando o gráfico percebe-se que a porcentagem de alunos que matriculam-se e transferem-se da escola é realmente alarmante, não se trata apenas de números, mas de sujeitos que migram, que se adaptam, que aprendem a recomeçar num lugar novo, numa moradia nova, sob novas perspectivas que quase sempre não são suas, mas sim de seus pais, que ao saírem em busca de melhores empregos são os responsáveis diretos pelo índice de rotatividade dos educandos.

Não foram realizadas entrevistas gravadas com os pais, justamente pela dificuldade em ter acesso à eles, e por haver pouco tempo para realizar a pesquisa. No entanto, quando participavam das reuniões sempre apresentavam algum dado que era registrado no diário de campo.

Os pais dos alunos que fazem parte da estatística de rotatividade dessa pesquisa, participam esporadicamente e de forma fragmentada da organização escolar, pois trabalham em horários que dificultam sua participação. Em conversa com os pais no cotidiano da escola, comentam sobre seus trabalhos que são basicamente três os tipos de empregos: trabalhadores de granjas, ou seja, cuidam do nascimento, alimentação e vacinação dos suínos; empregados dos aviários, trabalham alimentando as aves e limpando o ambiente; e funcionários da serraria que tratam a madeira, cortam e empilham. Moram em casas que pertencem aos seus patrões, não pagam aluguel, não pagam o consumo de água, apenas a luz que consomem. Os horários de trabalho e o dia de descanso são determinados pelos contratantes e o salário é relativamente baixo por se tratar de famílias numerosas.

Como se trata de um trabalho no campo, fica difícil a locomoção das famílias para a cidade para a realização de compras, passeios, consultas médicas e demais atividades, o que muitas vezes motiva as famílias a saírem do campo e voltarem a morar na cidade. Ou acontece um processo contrário, onde as famílias vão para a cidade, não conseguem se habituar e retornam para o campo. Por esta característica, podemos perceber que mesmo havendo dificuldade em criar laços indenitários com a escola, a trajetória de vida destes trabalhadores o levam à uma identidade rural.

Percebe-se que as idas e vindas das cidades estão relacionadas ao acesso dos equipamentos públicos e sociais.

Neste caso, mesmo havendo dificuldade de se fixarem em uma residência, a rotatividade ocorre no meio rural, por isso a constituição de uma identidade do campo. Percebe-se que as famílias dos educandos que não permanecem na escola, não apresentam uma expectativa de morar por um longo período na comunidade, como não possuem propriedades ou imóveis, acabam não criando vínculo com a terra, e quando se deparam com uma realidade diferente daquela prometida como proposta de trabalho, desistem de viver no campo, sem ao menos lutar por seus direitos de trabalhadores.

Além disso, foram realizadas entrevistas com três professoras, por serem residentes no local, pois conhecem os pais e a realidade que a cercam, para que falassem sobre a rotatividade de alunos na escola, pois elas enfrentam o problema no cotidiano. Nas suas falas percebe-se que a escola não possui um currículo de educação do campo e veem que a rotatividade culmina num sério problema de aprendizagem.

Segundo relatos das professoras a realidade dos pais está voltada para o meio rural, mesmo sendo assalariados:

Algumas famílias trabalham na agricultura e são moradores da localidade. São famílias fixas que possuem propriedade rural. Outras famílias vêm para trabalhar nas propriedades como assalariados: trabalham na lavoura, em granjas de suínos e aves ou em reflorestamentos de empresas particulares. E ainda tem famílias que trabalham em uma serraria na localidade ou como trabalhadores temporários de tomates e frutas. (Professora Maria)³

Alguns pais são proprietários de terras e trabalham com agricultura e pecuária (basicamente gado de leite e corte, suinocultura e avicultura), outros e, a maioria são funcionários dessas granjas e também funcionários de uma serraria localizada na comunidade de Imbuial. (Professora Rosa)

Os pais das crianças trabalham na suinocultura, avicultura e muitos na serraria. (Professora Ana)³

O depoimento das professoras revelam a dificuldade apresentada por causa da rotatividade.

A rotatividade aumentou desde que a serraria passou a funcionar em três turnos. Isso fez com que muitos procurassem outra atividade. (Professora Maria)

³ A pedido das professoras, seus nomes não serão identificados. Neste caso serão utilizados nomes fictícios.

A rotatividade interfere no aprendizado das crianças, pois quando estão acostumados com a professora e regras da escola, os pais decidem mudar de local para morar e trabalhar. (Professora Rosa)

Com certeza, quando o aluno começa a se entrosar com os colegas, compreender a linguagem da escola, se familiarizar com regras, dar sequência aos conteúdos, entre outras coisas importantes, ele acaba sendo transferido e precisa fazer novamente essa fase de adaptação. Às vezes volta e fica sempre neste processo de adaptação. (Professora Ana).

O problema relacionado à identidade, está focado no fato de que a maioria das vezes os alunos nem sabem a qual comunidade pertence, qual seu município, enfim qual sua localização. Uma das professoras comenta: “Eles por não permanecerem tempo em uma única escola, acabam não tendo vínculo pelo local e isso atrapalha muito em sua identidade”.

No discurso, parece haver uma culpabilização do aluno e dos pais pela falta de identidade com a escola. E percebe-se pelas falas das professoras que não há preocupação, por parte da instituição, em desenvolver uma identidade de educação do campo na escola.

Costa (2012), afirma que a problemática da rotatividade nas escolas rurais são recorrentes:

“Nesse sentido, a maioria das comunidades rurais precisa passar por um processo de conscientização política para entender que o acesso à educação é um direito de todos os cidadãos, e que frequentar uma escola não significa efetivamente ter acesso à educação”. (COSTA, 2012, p. 7)

O autor também afirma que as escolas trabalham dentro das quatro paredes da sala de aula, como se estivessem no meio urbano, sem explorar o exterior.

Não necessariamente o educando precise ter uma identidade com a escola, mas sim com o campo, com o meio rural. A falta de identidade com o campo se revela na fala da professora:

Na maioria das vezes ele nem sabe a que comunidade pertence, qual seu município, enfim qual sua localização. Sentem-se perdidos, pois não estabelecem relação com uma comunidade. (Professora Rosa)

Essas mudanças (rotatividades) são vista pela escola como um problema que interfere no desenvolvimento cognitivo do educando, em geral, pois segundo as professoras, são crianças carentes e demonstram desinteresse pelos estudos, além de apresentarem uma aprendizagem defasada em relação ao demais alunos que frequentam regularmente a escola. “Por isso, os alunos rotativos desafiam os professores a realizarem um trabalho diferenciado

voltado para suas necessidades”. (Professora Ana)

O desafio de motivar e incentivar a aprendizagem fica a cargo do professor, que compreende a problemática, mas parece não ter respaldo e preparo para tal.

A instituição existe nesse meio há anos e deveria ter por finalidade educar o povo, estas pessoas que trabalham no campo, para que se articulem, se organizem e assumam a condição de sujeitos da direção do seu destino.

Isso exigiria mudanças no comportamento das pessoas, tanto dos educadores, quanto dos educandos, assim como o envolvimento dos profissionais da educação que enfrentam as dificuldades resultantes da rotatividade dos alunos, para que todos compreendam que embora diferentes entre si todos são os “sujeitos” da mudança, na visão freireana somente intenções e atitudes democráticas não são suficientes: é preciso criar nas escolas uma cultura de participação que reúna todos os envolvidos no processo educacional, possibilitando a propagação de todas as informações necessárias ao debate e à tomada coletiva de decisão, “quem forma se forma e reforma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado” (PAULO FREIRE, 1998, p.25). A escola, portanto, deve ser transformada em um espaço rico de possibilidades para auxiliar no desenvolvimento cognitivo, social e humano dos seus atores escolares.

Segundo Kolling e Caldart (2002, p. 24), “construir uma escola do campo significa pensar e fazer o projeto educativo dos sujeitos do campo”. A partir do momento em que a escola Professora Sueli Maria Gheller tornou-se uma escola polo e acolheu alunos das comunidades vizinhas, filhos de funcionários, adquiriu a rotatividade como uma característica.

Esta não é uma característica passageira, há muitos anos faz parte da rotina da escola, todavia, essa característica não precisa ser permanente, uma política pública voltada para os trabalhadores do campo, sejam eles agricultores, pecuaristas ou funcionários, poderia criar condições para a permanência das famílias na área rural e conseqüentemente a permanência das crianças na escola. O envolvimento de todos os sujeitos do campo será capaz de promover e alcançar a transformação. Segundo Freire,

Nos mesmos processos em que produzimos nossa existência nos produzimos como seres humanos; que as práticas sociais, e entre elas especialmente as relações de trabalho, conformam (formam ou deformam) os sujeitos. Os caminhos da libertação são os do oprimido que se liberta: ele não é coisa que se resgata, é sujeito que se deve autoconfigurar responsavelmente (FREIRE, 1967).

Nessa perspectiva, a educação do campo não pode ficar à margem da cidade. Os sujeitos são diferentes, e nessa diferença afirmam que é através da ação educativa que se dá o pleno desenvolvimento do ser humano. É por isso, que não se pode pensar em educação do campo sem transformar as circunstâncias sociais em que os sujeitos do campo estão inseridos e sem prepará-los para serem os protagonistas da sua própria transformação como estratégia para constituição de identidades.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando os dados é possível concluir que a porcentagem de alunos rotativos na escola Polo Professora Sueli Maria Gheller, é realmente grande. A rotatividade escolar acontece porque os pais são trabalhadores rurais assalariados e mudam-se em busca de melhores condições de emprego, quando não encontram o que procuram, retornam para o antigo trabalho.

Por um lado, a identidade da escola do campo é definida pelas suas vinculações as questões inerentes a sua realidade, portanto, a realidade da escola Polo Sueli Gheller é exclusiva e predominante, cuja característica mais preocupante é a rotatividade. Por outro lado, a identidade do aluno é a afirmação de si mesmo diante do outro, sua permanência na escola é fundamental para reafirmar essa identidade.

Não se pode falar em identidade sem falar da convivência, da permanência, do outro. Precisamos do outro para nos espelhar, nos corrigir, nos guiar. Quando se tem uma rotina dentro de um grupo que se complementa, a pessoa cresce, se constrói gradativamente. Como necessidade humana todos precisamos nos identificar e pertencer a um grupo e a criança não é diferente. A rotatividade não permite que o aluno mantenha uma identidade com a escola, pois o mesmo entende que depois de um período aquele ambiente não fará mais parte de sua vida, o que atrapalha o vínculo com a escola.

Por isso, lidar com a rotatividade é um grande desafio não apenas para a escola que precisa se ajustar para receber e se despedir desses alunos, mas também para os educandos que não se identificam com o ambiente, que não se sentem ligados à instituição. Nessa relação que se estabelece com o outro e constrói a identidade vai na contramão da realidade que a rotatividade impõe a vida do aluno.

Enfim, a rotatividade existe e precisa ser enfrentada, de forma consciente e conscientizadora, afinal faz parte da educação do campo e está no campo. É através da educação que os sujeitos podem ser os protagonistas da sua

própria transformação.

Por este motivo, é necessário repensar a identidade da escola como escola do campo, pois estes alunos possivelmente irão se identificar com a realidade rural que vivem, e que ao mudarem de escola não sintam o impacto. Infelizmente, não há entre as escolas uma integração que permita a abordagem dos mesmos conteúdos trazendo dificuldade ao educando. Como isso não é feito, parece as vezes que a “culpa” da dificuldade é simplesmente da rotatividade. Ela é sim, um fator agravante no processo, mas não substancial.

Trata-se de uma escola no campo, ou seja, a escola encontra-se no meio rural, porém desconectada com a realidade. Talvez se pensassem numa pedagogia do campo, a construção da identidade seria mais palatável aos alunos que mesmo com suas idas e vindas, identificar-se-ia com a realidade rural independentemente do espaço.

Deste modo, o olhar voltado para a escola do campo deve ser diferente para cada escola, pois cada uma possui suas especificidades, suas características, suas necessidades próprias. Nessa concepção, a educação transforma-se em instrumento imprescindível na luta que tem por finalidade a construção e a ampliação dos saberes humanos, habilitando os vários sujeitos que nela estão a se encontrarem e intervirem na formação de suas próprias transformações.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL. Diretrizes Operacionais Para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília: MEC, 2002.

_____. **Referenciais para uma política nacional de educação do campo.** Brasília: MEC. Fev. 2004.

CALDART, R, S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**, 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____ & MOLINA, M. C. (orgs). **Por uma educação do Campo.** Petrópolis: Vozes, 2004.

CORTELAZZO, I.; ROMANOWSKI, J. **Pesquisa e prática profissional: organização da escola.** Curitiba: Editora Ibpex, 2007.

COSTA, Antonio Claudio Moreira. **Práticas pedagógicas em escolas no campo: constatações, análises e proposições**. XVI Encontro Nacional de Didáticas e práticas de ensino, 2012, Campinas. In: Anais..., Campinas, 2012.

FERNANDES, B, M; MOLINA, M, C. **O Campo da Educação do Campo**. Brasília, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GADOTTI, M. **Pedagogia da práxis**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001.

_____, M. Aprender, ensinar: um olhar sobre Paulo Freire. **Abecedário a Revista da Educação**, São Paulo: Criart, 2002.

KEMP, K. Identidade Cultural. In: GUERREIRO, S. (Org). **Antropos e psique: o outro e sua subjetividade**. São Paulo: Olho D'água, 2001.

KOLLING, E. J; CALDART, R. S. Educação do campo: identidade e políticas públicas. Brasília: **Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo** - Coleção por uma educação do campo, n.4, 2002.

LIMA FILHO, A. M; JANATA, N. E. Educação do campo. IN: PARANÁ. **Secretaria de Estado da Educação**. Cadernos temáticos, educação do Campo, fev. 2005.

SANTOS, B. de S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós modernidade**. São Paulo: Ed. Cortez, 1995.

SILVA, Carmen S. B. **A nova LDB: do projeto coletivo progressista à legislação da aliança neoliberal**. São Paulo: Arte & Ciência, 1998.

SCHENDLER, S. F. **Uma história em construção**. Palestra proferida no IV Encontro Estadual das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária em Rio Bonito do Iguaçu, em 06 de setembro de 2005.

Sites Consultados:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm

<http://www.portaleducacao.com.br/educacao/artigos/39062/a-historia-pessoal-e-social-e-a-construcao-da-identidade-do-educando#ixzz3r2uAri2J>